

Collor e Lula endurecem na fiscalização

FÁTIMA XAVIER

Os dois candidatos que disputam o segundo turno das eleições presidenciais, Collor de Mello (PRN) e Lula da Silva (PT), têm alguma coisa em comum: o trabalho de fiscalização. As diferenças variam, apenas, entre a simplicidade do esquema montado pela coligação Frente Brasil Popular (PT/PSB/PC do B) e o profissionalismo do Brasil Novo (PRN/PTR/PSC/PST). Sem falar, naturalmente, na motivação que inspira cada fiscal. O resultado, no entanto, é o mesmo: a fiscalização, no primeiro turno, foi sucesso absoluto e lhes deu know-how para repetirem a dose com a plena convicção de que, dessa vez, vão cobrir 100 por cento da votação e apuração, em nível nacional.

Segundo o artigo 19 da Resolução 15.500/89 do TSE, cada partido ou coligação pode nomear dois delegados em cada município e dois fiscais junto a cada mesa receptora e turma de apuração, funcionando um de cada vez, na fiscalização da votação e posterior escrutínio. Esse número pode, ainda, aumentar se o município tiver mais de uma Zona Eleitoral, quando nomearão, então, outros dois delegados para cada Zona. E, pelo menos no caso da Frente Brasil Popular, é certo multiplicar-se com o credenciamento de fiscais do PCB, PDT ou qualquer outro partido formal que resolva somar forças e trabalhar pró-Lula. Sozinhas, as duas coligações já contariam com cerca de 274 mil 744 fiscais e 4 mil 662 delegados cada uma, se credenciassem apenas um fiscal por mesa receptora e outro por turma de apuração.

Na verdade, eles seguem a recomendação do TSE e nomeiam fiscais em dobro para que haja revezamento na votação — são 250 mil 999 seções ou mesas receptoras — e, principalmente, na apuração — são 3 mil 559 juntas apuradoras com quatro turmas cada uma (23.745). O PRN credencia pessoas diferentes, com qualificações distintas para votação e apuração e treinamento especial, além dos coordenadores municipais, estaduais, regionais, administradores de empresa, quatro advogados na coordenação nacional, dois por unidade da Federação e um para cada uma das duas mil comarcas. Todos trabalham gratuitamente, segundo informaram os coordenadores nacionais do setor do PRN — o deputado federal Alcení Guerra (PFL/PR) — e na Frente Brasil Popular, Gilberto Carvalho e Carlos Eduardo Zanata. Destas contas, exclui-se todo o pessoal de informática que faz a apuração paralela ao TSE.

Comuns, também, são os elogios ao desempenho do TSE que os coordenadores reputam como da maior seriedade. Fiscalizar mesmo só porque “o seguro morreu de velho” e “não se pode deixar para depois a denúncia que se deve fazer na hora”. O deputado Alceni Guerra chega a afirmar que os candidatos que colocaram em dúvida o sistema montado pelo TSE não devem tê-lo acompanhado e muito menos tão de per-

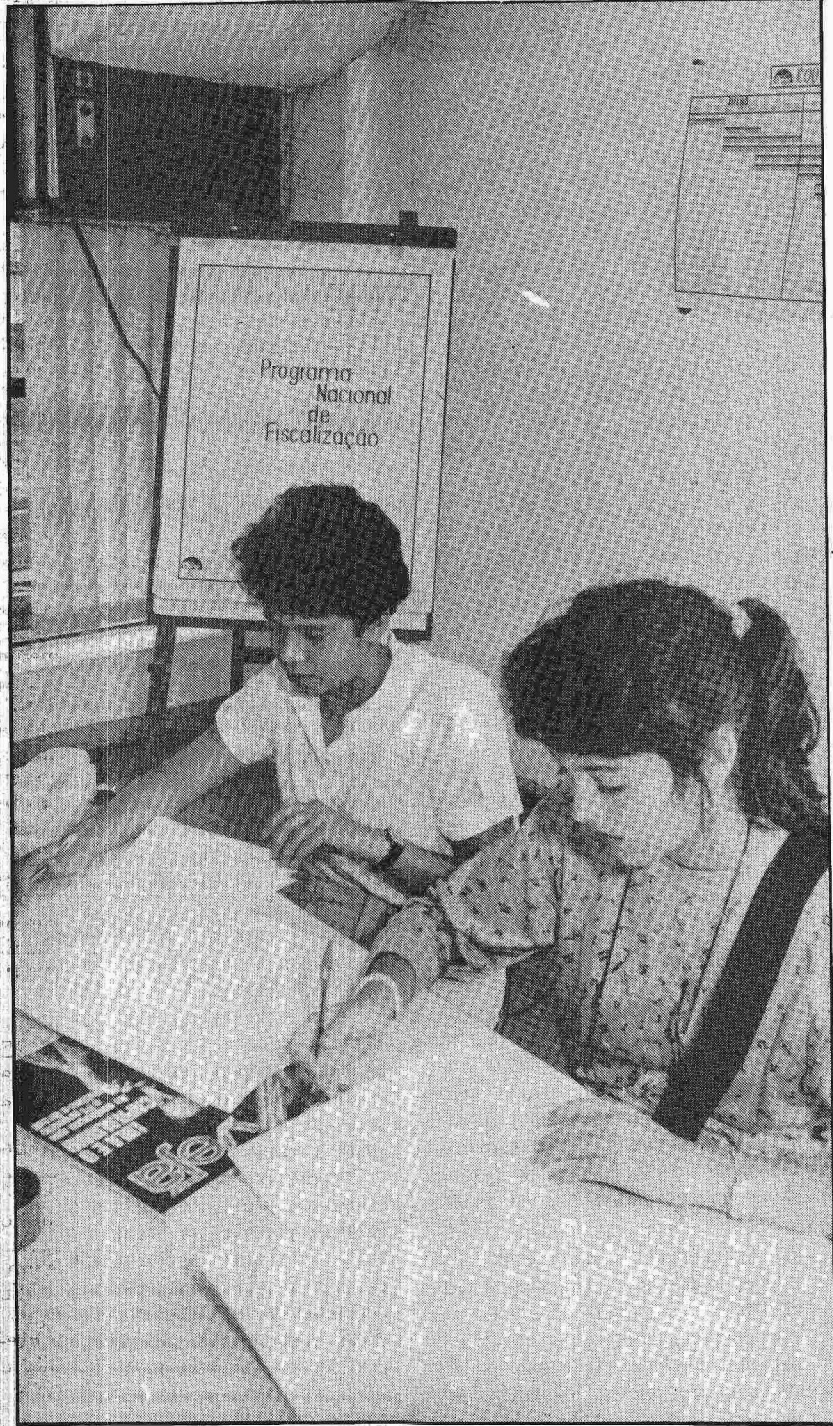
to quanto o fizeram o PRN e o PT. Prova disso é a declaração tanto de Alcenir como de Zanata de que os trabalhos de apuração foram “absolutamente tranquilos”, sem qualquer queixa da Justiça Eleitoral que justificasse recurso de alguma decisão das juntas apuradoras. O que não significa que não tenha havido impugnações — no caso do PT, um número insignificante, segundo Zanata, e muitas pelo PRN mas que, de acordo com Alcení Guerra, “irrisórias” face à larga diferença de mais de 11 milhões de votos entre Collor e o segundo colocado, o próprio Lula.

Para o segundo turno, a Frente Brasil Popular já está providenciando a distribuição de cerca de 300 mil cópias do Manual de Fiscalização. Trata-se de uma peça simples, impressa em papel barato e num tipo reduzido — “bem apertadinho” — para caber todas as orientações necessárias. Zanata, ainda que reconheça que o manual do PRN seja “perfeito, impecável”, garante que o efeito de ambos é o mesmo. Lembra que o momento crucial da fiscalização é a apuração. Desde a abertura da urna à transmissão, via Embratel ou não, dos boletins. De cada junta eleitoral de municípios ou comarcas aos Tribunais Regionais (TRE), nas capitais, que, por sua vez, os transmitem para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, quando são totalizados. E até mesmo quando são retransmitidos da sede do TSE para o Centro de Convenções, hoje transformado no Centro de Divulgação dos Resultados das Eleições Presidenciais de 1989.

A fiscalização termina quando, finalmente, confrontam-se os resultados parciais e depois, final, comunicados pelo porta-voz do TSE, Irineu Tamanini, no Centro de Convenções e ao vivo pelas emissoras de rádio e televisão. Ou seja, até a **boca do forno**, de onde saem não exatamente inéditos mas, pelo menos, oficiais. A essa altura, essas mesmas emissoras, já se encarregaram de informar à população, com a ajuda dos próprios partidos concorrentes que também realizam apurações paralelas, números bem próximos dos boletins do Tamanini. Para o segundo turno, consta que o TSE já pediu aos dois candidatos que não forneçam cópias dos boletins às empresas de comunicação, no que dificilmente será atendido.

As apurações paralelas são discussões à parte de todo o processo e um risco que cada empresa opta em correr, em **arranhar** sua própria credibilidade. Nos comitês, porém, representam mais que mero instrumento de satisfação da vaidade ou de diminuição da ansiedade dos candidatos que estão no páreo. São, em si mesmas, mais uma forma de fiscalização, quando tiram a **prova dos nove** das contas oficiais. No Comitê Central de Lula, o **QC** está instalado na já apelidada **casa do espanto nº 13** — um velho sobrado cedido ao partido por tempo determinado — em São Paulo, e sob a responsabilidade de profissionais, e de voluntários já que são do quadro do PT.

JEFFERSON PINHEIRO



Fiscalização é programa à parte na campanha de Collor de Mello